

IMPERIALISMO, ENERGIA E GUERRA: ATUALIDADE DA “FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO”

Camila Maciel
Jornalista

Wikimedia Commons/Sajed



Usina de petróleo iraniana após bombardeio aéreo durante a guerra Irã-Iraque na década de 1980

No marco dos 100 anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a edição de 2014 do Simpósio da FFLCH-USP propôs uma reflexão sobre se as características do imperialismo, descrito por Lenin em 1917 como a “fase superior do capitalismo”, ainda são suficientes para explicar a atual fase deste sistema (aprofundando, assim, debates travados no Simpósio de 2013). Entre as dezenas de mesas redondas realizadas no evento, abordou-se também o papel que cumpre a ainda poderosa máquina de guerra dos Estados Unidos num contexto de crise econômica, e os conflitos em torno do petróleo

Globalização, financeirização, guerra de civilização, terrorismo. Foram muitos os termos cunhados ao longo das últimas décadas a fim de entender os mecanismos que garantem a manutenção do capitalismo na atualidade. Para os pesquisadores presentes no debate “Império? O Imperialismo hoje”, durante o Simpósio Internacional da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, realizado em novembro de 2014, a dúvida expressa pela interrogação no título da mesa não cabe. Embora seja necessário incorporar novas análises para refletir o contexto histórico atual, as características descritas por Vladimir Lenin no livro *Imperialismo, a fase superior do capitalismo* (1917) continuariam suficientes para explicar o estágio avançado de desenvolvimento desse sistema, o qual, segundo os pesquisadores, tem co-

mo horizonte a sua superação. O professor Mauro Iasi, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avalia que a substituição do termo imperialismo expressa uma questão ideológica. “São termos que acabam ocultando o fenômeno, escondendo suas determinações. E, principalmente, aquela que interessava tanto a Lenin: o efeito político disso”, apontou Iasi, que integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas da UFRJ.

O século 20 comprova que o capitalismo em sua fase senil não inventou outras formas de valorização do capital a não ser a repetição ao extremo de mecanismos imperialistas, reforçou. Entre eles, o pesquisador destaca, a partir da elaboração de Lenin, a exportação de capitais e a crescente concentração e centralização que leva à formação de monopólios.

O professor da UFRJ apresenta dados que atestam a presença desses elementos na economia atual. Como exemplo do grau de concentração de capitais, ele destaca o fato de que seis empresas no mundo monopolizam o mercado mundial de transgênicos. Um estudo com 43 mil empresas mostra que uma pequena parte delas (147), direta ou indiretamente, controla 40% das vendas dos produtos mundiais. “Isso serve para telecomunicações, para a produção de automóvel, de aço, de energia elétrica, que são os dados que o Lenin usa no seu livro. A concentração ainda é brutal”, analisou.

A tese da pesquisadora Virgínia Fontes, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), sobre o imperialismo contemporâneo é que não há um império único, e sim um imperialismo, dentro do qual um país central, no caso os Esta-



Professor Lúcio Flávio de Almeida (PUC-SP) e companheiros de mesa: Lênin na berlinda

dos Unidos, articula-se com vários outros países imperialistas. “A isso eu venho chamando de capital-imperialismo. Ele tem outras variáveis, mas, para simplificar, a gente considera que essa seja a definição mínima [do conceito], que é um consorciamento tenso entre estados imperialistas”, explicou ela. Nesses termos, o Brasil, por exemplo, seria um país imperialista. “Não porque ele é a maior potência. Os Brics [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] não são a maior potência. É porque, para reproduzir capital hoje, é preciso exportar também capital”, apontou.

Ela destaca que essa análise permite entender o imperialismo como forma de expansão do capitalismo contemporâneo. “Imaginar que ele seja, unicamente, o viés político ou militar desarma a compreensão das formas de expansão e organização do capitalismo no mundo contem-

porâneo e desarma também os trabalhadores, que devem se enfrentar com os capitais nos seus territórios”, avaliou. Para Virgínia, priorizar esse entendimento da fase superior do capitalismo apenas pela questão bélica faz com que o enfrentamento se torne uma luta apenas contra os Estados Unidos. “Se estamos chamando o imperialismo de potência militar, o único país que tem essa potência é os Estados Unidos. O imperialismo, porém, não é a potência militar daquele país. É a necessidade de dar lucro e exportar capitais”, sustentou.

A pesquisadora pondera que essa análise não minimiza o papel da nação norte-americana. “Não se trata de desmerecer o papel dos Estados Unidos no conjunto dos países imperialistas. Trata-se de não reduzir o imperialismo unicamente à questão bélica e política. É pensar o imperialismo como uma forma

de concentração, centralização e expansão do capitalismo. Isso aparecia já em 1916 na formulação de Lenin”, esclareceu. Ela destaca que, considerando o componente militar, não há oponente para os Estados Unidos no mundo. “Portanto, esse papel não pode ser secundarizado, só não pode ser unilateralizado”, complementou.

Na análise de Virgínia, duas condições históricas do pós-Segunda Guerra Mundial marcam o nascimento do que ela intitula capital-imperialismo. A primeira delas é a necessidade de “valorização do valor”. “A expansão da dinâmica social capitalista não é só o crescimento da lucratividade das empresas. Significa também subordinar, submeter populações crescentes do mundo a uma dinâmica que é reduzi-la à força de trabalho”, apontou. A outra condição é o fato de a União Soviética também ter saído

vitoriosa da guerra. Isso, segundo a pesquisadora, fez com que se colocassem situações completamente novas para os Estados Unidos. De um lado, em vez de exigir reparação de guerra aos derrotados, financiar a reconstrução desses países. De outro lado, formar uma teia intercapitalista entre países vencedores e perdedores para enfrentar o temor de uma expansão comunista.

O mundo vive hoje uma crise de hegemonia, diz Lúcio Flávio de Almeida. “O que seria a nova ordem imperial dá sinais de crise muito forte”.

Rússia e China, grandes Estados, atrapalham a dominação norte-americana. “É uma tensão perigosa”

A preocupação de atualizar a análise de Lenin também esteve presente na apresentação do professor Lúcio Flávio de Almeida, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ele lembra, por exemplo, que a avaliação que Lenin fazia da conjuntura revolucionária na época não se revelou correta. “A onda revolucionária desencadeada após a Primeira Guerra Mundial foi derrotada. A revolução ficou cercada em um círculo que era a União Soviética. Contrariamente à expectativa dele, o mundo se tornou, após as duas grandes guerras e, mais ain-

FINANCEIRIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Como parte do debate sobre “Imperialismo, guerra e fontes energéticas”, a pesquisadora Ana Paula Salviatti, mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), apresentou a análise, defendida em sua dissertação, de como a necessidade de promover usos sustentáveis dos recursos naturais se deu de forma a garantir um novo mercado, especialmente, para as grandes potências. Ela ressalta, como mecanismo que permite financeirização do meio ambiente, a criação dos créditos de carbono, que ocorre na década de 1990 com o Protocolo de Kyoto.

Ana Paula lembra que o discurso sobre ajustes na degradação ambiental ocorreu no momento em que articulações terceiromundistas, como a OPEP, incomodavam os interesses de grandes economias capitalistas. A pesquisadora ressalta que, em meados dos anos 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez sua primeira reunião sobre o tema, cujo resultado foi a compreensão de que as nações subdesenvolvidas não tinham condições de gerir e manter seus recursos naturais. “O problema da poluição, por exemplo, era gerado pela pobreza [nessa visão], e não pelo estabelecimento da demanda selvagem por esse produtos ou obstáculos existentes para o desenvolvimento econômico desses países”, analisou.

Embora o problema do desgaste ambiental existisse, ele passa a ser tratado sob a perspectiva da racionalidade capitalista. Na década de 1980, em novo relatório da ONU sobre o tema, o Relatório Brundtland sugere ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial que os pacotes de ajustes continuem a levar em conta a abertura das economias e o controle dos recursos naturais, assim como questões sociais. “Sequer mencionava que a degradação do meio ambiente e dos recursos naturais, assim como os índices de desenvolvimento humano dos países do Terceiro Mundo, haviam alcançado níveis deploráveis, exatamente após anos de políticas superavitárias fomentadas pelas cartilhas de austeridade”, criticou.

Os créditos de carbono, por sua vez, permitem às grandes potências manter suas condições de exploração. “Eles proporcionaram aos países poluidores, responsáveis diretos pelas condições de exploração dos recursos naturais e degradação dos países terceiromundistas, uma saída economicamente eficiente para o problema. Basicamente eu posso pagar a você pela minha não redução”, explicou. Ana Paula destaca que o Protocolo de Kyoto fez deste mercado a sua principal bandeira. “As únicas saídas criadas pelo acordo foram baseadas na eficiência de instrumentos financeiros. Entretanto, esses créditos foram responsáveis por apenas 0,02% da redução dos gases responsáveis pelo aquecimento global, segundo os dados coletados pelo Banco Mundial”, apontou.

da, após o colapso da União Soviética, um mundo de estados-nações”, assinalou ele. Na opinião do pesquisador, isso muda a configuração do imperialismo em relação ao que havia na época de Lenin.

Por outro lado, Almeida destaca que muitas das formulações de Lenin permanecem valiosas para a reflexão da sociedade contemporânea. Entre elas, o pesquisador aponta a compreensão de que a exportação de capitais acelera o desenvolvimento do capitalismo nos países para os quais ela se dirige. “Isso só acontece desenvolvendo em profundidade e em extensão o capitalismo no mundo inteiro”, concluiu. Ele lembra que, à época em que o livro foi escrito, o Brasil, por exemplo, não era um país industrializado. “Era quase um grande cafezal. Esse processo da subordinação do trabalho ao capital estava muito restrito territorialmente aos Estados Unidos e aos países da Europa Ocidental”, afirmou.

Sobre o desenvolvimento do capitalismo na periferia do mundo, Iasi lembra que a conceituação de imperialismo de Karl Kautsky divergia da de Lenin. Para o primeiro, imperialismo era o momento em que nações capitalistas industriais desenvolviam a tendência de dominar nações agrárias menos industrializadas. Na visão de Lenin, isso é feito para exportar capitais com vistas a criar soluções para a superacumulação nas grandes potências e a queda de taxa de lucro no centro. “Na definição de Kautsky, o imperialismo impõe o atraso na periferia. Na de Lenin, o imperialismo envolve o capitalismo na periferia. É o oposto”, apontou.

Também é a partir da necessidade de extrair mais-valia dos países periféricos que Lenin explica a ocorrência da Primeira Guerra Mundial. “É a necessidade de re-partilha do mundo”, destacou.

Ainda refletindo sobre o imperialismo na atualidade, Almeida indica, como uma diferenciação relativa ao período da Primeira Guerra Mundial, o fato de o mundo viver hoje uma crise de hegemonia. “O que seria uma nova ordem implementada de modo tranquilo, uma ordem imperial, parece que dá sinais de crise. Há uma crise muito forte e que leva o mundo todo a situações pouco previsíveis”, analisou. Por um lado, as forças estadunidenses mais conservadoras tentam restabelecer a sua hegemonia; por outro lado, formam-se grandes estados nacionais, como a Rússia e a China, que, embora não estejam à altura de um enfrentamento direto com a potência norte-americana, atrapalham a implementação de políticas de interesse dos Estados Unidos no plano mundial.

É uma tensão perigosa, diz Almeida, pois pode levar a uma contração da democracia. Ele cita dois episódios recentes que exemplificam afrontas ao direito internacional, com evidências de um estado de exceção: a adoção da Lei Patriótica nos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001; e a proibição imposta ao avião do presidente boliviano, Evo Morales, de sobrevoar os espaços aéreos de países da Europa por suspeita de que ele estaria transportando Edward Snowden, acusado de espionagem pelos Estados Unidos. “Diria que

estamos em uma situação parecida com a de 1914 [ano de início da Primeira Guerra], em que o cenário começa a ficar muito complicado. A diferença é que as forças antissistêmicas daquela época pareciam mais amplas e organizadas do que hoje”, concluiu, fazendo um chamado para construção de um aparato teórico e de inserções práticas que dêem suporte a essa organização.

Os conflitos tornam-se um meio de desenvolvimento do capital, tanto na formação do complexo industrial-militar, como na própria destruição física, visando à reconstrução. “Antes que os bombardeiros saíssem para atacar o Iraque, os empresários já negociavam quais empresas reconstruiriam o país”, notou Mauro Iasi

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conforme apontamento de Iasi, é explicada por Lenin pela necessidade de re-partilha do mundo, diante da superacumulação de capital nas grandes potências e da tendência de queda da taxa de lucro. Segundo o pesquisador, os conflitos tornam-se um meio de desenvolvimento do capital, tanto na formação



Mesa sobre “Economia de Guerra e Produção Armamentista”

do complexo industrial-militar, como na própria destruição física, que permite a reconstrução. “Antes que os bombardeiros saíssem para atacar o Iraque, os empresários já negociavam quais empresas reconstruiriam o país”, exemplificou.

A questão bélica também foi tema do painel “Economia de Guerra e Produção Armamentista” durante o simpósio, que teve como eixo central o marco dos 100 anos da Primeira Guerra. Mesmo sem poder comparecer ao debate, o professor Gilson Dantas, professor da Universidade de Brasília (UnB), enviou comunicação, lida pelo acadêmico Edison Sales, na qual analisa a guerra no atual contexto de crise econômica. Ele questiona os motivos que levam os Estados Unidos a comprometer grande parte do orçamento público com armas, em patamares próximos ao da Segunda Guerra Mundial, mesmo sem ter entrado em nenhum conflito de proporção semelhante.

Dantas examina fatos recentes que resultaram em relativo enfraquecimento do poder político e eco-

ORIGENS DO CONCEITO DE “IMPERIALISMO”

A apresentação do professor Lúcio Flávio Almeida no painel “Império? O imperialismo hoje” trouxe elementos que mostram o percurso histórico do termo “imperialismo”. Segundo ele, o iniciador do estudo dessa categoria pelos teóricos da esquerda foi o democrata inglês John Hobson. Ao escrever o livro *Imperialismo*, em 1902, ele inspirou muitos marxistas, começando por Lenin. Almeida explica que o tema é abordado em várias dimensões neste livro, incluindo, por exemplo, a questão do racismo. “É claro que ele não é acrítico em relação a isso, está atento à dimensão cultural”, ressalva o pesquisador.

Almeida aponta que os marxistas da época sentiram-se impelidos a encarar a temática do imperialismo a partir dessa obra. “Talvez quem fez isso com maior sistematicidade tenha sido Rudolf Hilferding, que escreveu *O Capital Financeiro* (1910). “Alguns consideram este uma espécie de ‘livro quatro’ de *O Capital* (1867), de Karl Marx. São textos muito polêmicos, alguns acham que é muito monocêntrico, aborda a fusão do capital bancário com capital industrial, mas é um livro que até hoje é referência”, completou.

Para o professor da PUC, no entanto, a maior de todas as obras produzidas sobre o tema é o livretinho de Lenin, lançado em 1917. “Ele estava exilado na época, tentando entender os determinantes da adesão de grande parte do movimento operário à guerra”. Na obra, Lenin esclarece que o estudo se relaciona apenas à dimensão econômica: “Ele é o primeiro a apontar os limites da análise dele. Mesmo assim é um grande livro, quando a gente examina as características que ele assinala para o imperialismo”.

nômico dos Estados Unidos, como a crise financeira e as guerras do Iraque e do Afeganistão. Aponta que a guerra se constitui hoje como um gasto funcional para o capitalismo, na medida em que abrir mão dele seria demonstração de fraqueza para a maior potência bélica do mundo. “Enquanto o seu poderio político e econômico se debilita, sua máquina bélica se fortalece. E, de longe, essa continua sendo a força mais poderosa para defender a ordem capitalista respondendo às ameaças ao seu domínio em todo planeta”, observa.

O professor José Menezes Gomes, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), também avalia que a máquina de guerra se mantém nesses moldes como elemento de força do Estado americano. “Você faz uso de todos os elementos de dominação, a mídia é um deles, e o militar entra quando os demais falham”, afirmou o pesquisador do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais da UFAL. Do ponto de vista econômico, ele destaca que, quando se fala em uma moeda lastreada em armas, refere-se ao fato de que o poder bélico cumpre o papel de ser o elemento de confiança do empresariado estadunidense.

Ainda sobre o contexto da crise econômica, a qual se prolonga desde 2008, Dantas conclui que ela trouxe uma crise de hegemonia. “[Barack] Obama vem perdendo poder para os republicanos no Congresso, por exemplo. Também é verdade que essa crise de hegemonia, nos marcos da maior crise econômica de sua história, significa que o imperialismo se vê obrigado a manobrar cada vez mais”, salientou. Ele acredita que esse enfraquecimento político e

econômico abre brechas para uma ação revolucionária da classe trabalhadora. “Contando com o seu peso majoritário e seu papel decisivo na produção, tratando de suas posições políticas classistas para varrer o capitalismo e seu militarismo de uma vez por todas”, arrematou.

Se nas décadas de 1960 e 1970 os nacionalismos árabe e persa usam o petróleo e a OPEP para afirmar-se frente aos interesses imperialistas, nos anos 1980 inicia-se um novo ciclo, no qual mecanismos econômicos (como a alta dos juros) são utilizados pelos Estados Unidos para enquadrar os países periféricos que buscavam desenvolver-se

No bojo das grandes guerras imperialistas do século 20, um conflito de longa duração se impõe no contexto histórico. Com o desafio de entender os elementos que entrelaçam as guerras ainda presentes no Oriente Médio, o professor Igor Fuser, do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), propôs uma análise que busca elos entre as guerras na região, as quais, na avaliação dele, são estudadas de forma fragmentada. “Trata-se de uma

visão em que os conflitos em torno do petróleo são lidos como partes de um único processo, de um único macrofenômeno histórico”, explicou o pesquisador, que é autor do livro *Energia e Relações Internacionais* (2013) e de outras publicações sobre o tema.

Durante o painel do simpósio que debateu “Imperialismo, Guerra e Fontes Energéticas”, Fuser mostrou-se crítico da obra de pesquisadores, entre eles o norte-americano Andrew Basevich, que interpretam a geopolítica do século 20 tendo a Guerra Fria como eixo. “É como se o confronto Estados Unidos e Rússia sintetizasse dentro de si as principais contradições e processos desse período. Eu discordo. A própria guerra está inserida em uma lógica maior, que antecede o conflito e que sucede a Guerra Fria. É a lógica do imperialismo, da dominação do planeta pelo imperialismo anglo-americano”, analisou. Para ele, é nesse anseio de dominação política e econômica que se inserem os conflitos no Oriente Médio, que giram em torno da principal fonte energética do capital, o petróleo.

Ao analisar essa perspectiva, Fuser identifica três ciclos na guerra pelo Oriente Médio. A primeira delas é a descoberta do petróleo na região, especificamente no Irã em 1901. Essa fase é marcada pela expansão da indústria petrolífera e pelos conflitos com os povos árabes e persa. “No Oriente Médio, o colonialismo está se implantando de forma tardia. No processo de luta contra esse regime, se constrói a identidade nacional em países como a Síria, o Egito, a Líbia, o Iraque e no próprio Irã”, explicou. Desse processo, resultaram rebeliões

OS BRICS E A QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

A queda tendencial da taxa de lucro foi apontada pelo professor Alberto Handfas, da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), como problema intrínseco do movimento de acumulação do capital. Para ele, esse elemento, descrito por Karl Marx em *O Capital* (1867), resultou na conformação do imperialismo. O pesquisador também participou da mesa que refletiu sobre o imperialismo na atualidade.

Handfas expôs as contradições da acumulação do capital, provocada, sobretudo, pela mecanização. “O objetivo não é derrubar o lucro, e sim mecanizar para aumentá-lo. Mas quando todos fazem o mesmo, os preços caem, a produtividade aumenta e o valor unitário da mercadoria tende a cair. O processo constante e intenso de acumulação acaba

levando à queda da taxa de lucro”, explicou. Do ponto de vista contábil, o lucro é calculado com a seguinte fórmula: o que foi vendido, menos os custos, dividido pelo capital fixo investido. “Como há um processo constante de mecanização, o denominador tende a aumentar muito. Portanto, você tem uma queda na taxa de lucro”, finalizou.

Isso, conforme destacado pelo professor, faz com que os capitalistas tenham que buscar novos mercados e realizar exportações. Esse seria, portanto, um dos mecanismos a contrabalançar as contradições do sistema. “São os fatores que contradizem essa lei, que, como explicado por Marx, é apenas tendencial”, apontou. O professor trouxe outros elementos contratendências já apontados na teoria marxista: aumento da exploração do trabalho; aumento da

mais-valia relativa; barateamento do capital fixo; e obtenção de matéria-prima a um custo mais baixo.

A partir da análise da queda tendencial da taxa de lucro, Handfas mostrou os impactos que a crise econômica em curso desde 2008 provocou nos negócios entre centro e periferia. Quando a taxa de lucro das nações europeias cai, nesse período de crise, adota-se o envio do fluxo de capital dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para esses países. Há envio também de renda e lucro das multinacionais europeias instaladas no bloco dos países emergentes. “Eles [Brics] continuam ocupando o mesmo papel na divisão internacional do fluxo de renda. O capital foi exportado para lá para realizar valor. Quando tem queda da taxa de lucro na matriz, eles compensam com envio de capital”, apontou.

que foram contidas pela Inglaterra. “São dezenas de milhares de mortos nesses países. São conflitos silenciados pela história oficial, mas que são um prelúdio do que seria o nacionalismo árabe, e o persa, ao longo de todo o século 20”, destacou.

O segundo ciclo, conforme análise de Fuser, inicia-se com a nacionalização das reservas do Irã, em um processo que se dá entre 1940 e 1954, e segue até os anos 1970. “Um grande momento ocorre em 1960, com a formação da OPEP [Organização dos Países Exportadores de Petróleo]. E esse processo vai em

um crescente nos anos sessenta e setenta”, pontuou. O movimento nacionalista árabe chega ao auge em 1973 com o choque do petróleo. “Esses países conseguem aplicar um embargo ao Ocidente, aumentando em 800% o preço do petróleo e jogando a economia mundial em recessão. Em alguma medida, transformaram essa força econômica em força política”, analisou.

De acordo com o pesquisador, é a partir da década de 1980 que se restauram os atores políticos e econômicos ligados ao imperialismo anglo-estadunidense e tem início o

terceiro ciclo. “Mecanismos econômicos são utilizados para enquadrar e para reverter a correlação de forças em relação aos países periféricos que haviam adotado políticas desenvolvimentistas e nacionalistas. A alta dos juros, a quebra do padrão ouro-dólar e outros mecanismos são utilizados”, assinala. Fuser lembra que o contra-ataque ao Oriente Médio ocorre por meio do discurso de Jimmy Carter, em 1980, que afirma: “Qualquer ameaça ao fluxo de petróleo aos Estados Unidos e aos seus aliados será considerada ameaça vital pelo Estado norte-americano”.

A guerra Irã-Iraque (1980-1988) “quebra completamente a unidade entre as forças nacionalistas da região”, segundo Igor Fuser. É possível extrair desses conflitos apenas um ente vitorioso: o imperialismo. É quando as bases militares dos Estados Unidos no Oriente Médio proliferam

Fuser destaca que a intervenção norte-americana na região é acompanhada do agravamento das divergências e conflitos internos. “Ela coincide com a guerra Irã-Iraque [1980-1988]. Um conflito terrível que quebra completamente a unidade entre as forças nacionalistas da região”, destacou. Para o pesquisador, é possível extrair desses conflitos apenas um ente vitorioso: o imperialismo. É quando as bases militares norte-americanas no Oriente Médio proliferam. Ele relaciona esse pano de fundo histórico aos ataques mais recentes no 11 de setembro, assim como as respostas sob a “máscara da guerra ao terror”, como os ataques dos Estados Unidos ao Afeganistão e, em seguida, a guerra contra o Iraque. “Além disso, temos a instrumentalização de rebeliões a favor do imperialismo, a primavera árabe, a guerra civil na Síria”, pontua.

O professor Armen Mamigonian, da Universidade Federal de Santa

GASTOS MILITARES NO MUNDO

- Os gastos globais no setor militar somaram US\$ 1,7 trilhão em 2013.
- Os gastos militares representam 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.
- Os Estados Unidos lideram o *ranking*, com US\$ 640 bilhões, valor que representa 3,8% do PIB norte-americano
- A China aparece em segundo lugar no *ranking* de países com maior despesa militar, com US\$ 188 bilhões, ou 2% do PIB do país.
- O Brasil aparece em 12º na lista, com um gasto anual em 2013 de US\$ 33,5 bilhões, o que representa 1,8% do PIB brasileiro.

Dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri, sigla em inglês para Stockholm International Peace Research Institute), referentes a 2013, divulgados em abril de 2014.

Catarina (UFSC), também presente no debate, aponta que, a despeito das análises globalistas como a do pesquisador britânico David Harvey, os conflitos entre Estados Unidos e Oriente Médio mostraram a permanência de uma oposição entre centro e periferia. “No final do século 20, passou-se a dizer que o processo centro-periferia, típico do imperialismo, tinha acabado. Por exemplo, uma cidade como Londres, estou citando David Harvey, tinha miseráveis, tinha pobres, tinha ricos, tinha milionários.

O Rio de Janeiro também. Portanto, falar em centro-periferia não cabia muito. Era uma opinião generalizada dos que defendiam a ideia de globalização”, analisou.

Mamigonian ressalta que o mundo permanece cheio de fronteiras nacionais e que o debate sobre energia se coloca dentro dessa realidade. “A questão energética faz parte dos processos tecnológicos nascidos na primeira revolução industrial, que vão se alterar na segunda revolução industrial, no final do século 19, e que estão também se alterando agora com a terceira revolução industrial, a qual está em andamento”, apontou. Ele destaca que, inicialmente, a produção girava em torno do carvão, tendo a Inglaterra como maior potência; em seguida, de acordo com o professor, o petróleo, ligado ao poder estadunidense, tornou-se a grande fonte de energia; e novas formas se desenvolvem na atual fase do capitalismo, o que pode estabelecer novas correlações de força.

“Temos uma coisa nova, da qual pouco se fala. Já está em implantação no sul da França uma usina para realizar fusão nuclear, que reuniu, naturalmente, interesses dos maiores países do mundo, incluindo a União Soviética à época, e que continua presente. Trata-se de uma tecnologia evidentemente bastante difícil, mas que está em andamento”, apontou o pesquisador. De acordo com ele, essa tecnologia produz uma espécie de sol artificial. Países da Ásia, como China, Coreia do Sul e Japão, também já manifestaram interesse em construir uma segunda usina naquela região. “Provavelmente, o século 21 não será apenas o século das energias renováveis, mas também da fusão nuclear”, previu.

TERRORISMO DE ESTADO, MÍDIA E “GUERRA INFINITA”

Mariana Zito
Estagiária de jornalismo da Adusp

Daniel Garcia



Professores Demant, Nasser e Arbex na mesa da FFLCH

A mesa “Guerra Infinita, Terrorismo e Estado de Exceção”, realizada em 5/11 no Simpósio da FFLCH-USP, contou com a participação de Peter Demant, Reginaldo Nasser e José Arbex. Debatedo a definição de terrorismo e os preconceitos relacionados ao tema, chegou-se ao Terrorismo de Estado e ao papel da mídia. A grande questão que atravessou

o debate foi o que diferenciava os atos violentos de Estados daqueles que partem de grupos armados insurgentes e são, corriqueiramente, tachados de “terroristas”. O problema, no entender dos debatedores, é a própria definição de “terrorismo”, que permite diferentes interpretações.

José Arbex, professor de jornalismo da PUC-SP, apontou

o quanto a mídia tem parte na “guerra infinita”, por definir quem é e quem não é terrorista, separando o mundo em “lado do bem” e “lado do mal”. “O Estado Islâmico, que é dado ao esporte de decapitar pessoas, é considerado terrorista, mas o Estado de Israel, quando mata 400 crianças na última incursão a Gaza, e outro tanto de mulheres, não é

considerado terrorista”. As ações militares de Israel não são consideradas terroristas, argumenta Arbex, mesmo quando matam civis, por conta do conceito de “efeito colateral”, ou seja: espera-se que um certo número de civis morra em ataques a grupos considerados terroristas.

Arbex comenta que um estudo do Exército de Israel chegou a um “número aceitável” para o efeito colateral: 3,14 civis para cada membro do Hamas. “Na operação de Gaza não houve nenhum absurdo, portanto. Porque se você fizer a conta o percentual que dá é inferior a 3,14”, ironiza ele. “Atenção, a ideia de efeito colateral como mínimo aceitável não se aplica só a Gaza ou só a Israel; cada vez que a polícia faz uma incursão em um morro no Rio de Janeiro, a ideia que se aplica, apesar de não ser a expressão utilizada, é de efeito colateral”, alerta o professor da PUC. “A mídia não diz que a morte de inocentes pela polícia é destinada a gerar o terror na periferia”, o que daria início a um processo de normalização da morte de inocentes e de julgamento de que a violência vinda do Estado seria legítima.

“Algumas coisas não precisam ser definidas, basta que sejam mencionadas”, assinala Reginaldo Nasser, professor de relações internacionais da PUC-SP, para quem a “livre associação” vinda posteriormente está condicionada. Lembra que o terrorismo não era tão presente, mas que cada

vez mais vem voltando à tona, principalmente por meio de tentativas de definir o ato terrorista. As iniciativas de parlamentares ocorridas em 2014 no Brasil para tipificá-lo como crime não conseguiram prosperar, observa, justamente por apresentarem definições tão amplas que poderiam enquadrar até manifestações democráticas.

Qualquer ação destinada a causar a morte ou lesões graves em civis de modo a “intimidar uma população, obrigar um governo ou uma organização internacional” a praticar ou a abster-se de qualquer ato: assim a ONU define ato terrorista.

Isenta-se assim o Estado de ser eventual autor de um ato terrorista

“Qualquer ato que revele a intenção de causar a morte ou lesões corporais graves em civis com o objetivo de intimidar uma população, obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou a abster-se de praticar qualquer ato”: eis a definição de ato terrorista formulada pela Organi-

zação das Nações Unidas (ONU). Citando-a, Nasser aponta “algumas armadilhas”: isenta-se o Estado de ser eventual autor de um ato terrorista, já que este se daria contra ele (“governo”). O foco na intencionalidade revelada exige o Estado que, teoricamente, “nunca tem como intenção executar a violência contra alguém”.

Nasser lembra ainda que a definição da ONU não leva em conta os meios: “Posso sim avaliar um ato não apenas pela intenção revelada, mas pelos meios deliberadamente escolhidos; nesse sentido, a possibilidade de se cometer um ato terrorista é muito maior para o Estado do que para os atores não-estatais”, levando em conta que o Estado possui mais meios de destruição em massa do que seus cidadãos.

“Se um grupo opositor usa expressamente o máximo de violência para prejudicar fisicamente, massacrar, grupos inimigos não combatentes, isto para mim é terrorismo”, afirmou Peter Demant. “Isso não quer dizer que os Estados não façam terrorismo, o Estado é violento por natureza, mas não precisamos fazer uma competição de quem matou mais: Estados ou grupos terroristas”. Na opinião do professor da FFLCH, o terrorismo de Estado é muito diferente qualitativamente do terrorismo praticado por outros grupos, e a comparação também não deve ser feita entre os próprios Estados: “Nenhum país pode ser comparado com a União Soviética: eles foram os piores”.